

## Informe Econômico

■ CRISTINA BORGES



# Pobreza versus salário mínimo

O reajuste do salário mínimo de R\$ 151 para R\$ 159 no próximo ano, conforme definiu o governo na proposta orçamentária de 2001, não só reanima a discussão no Congresso como estimula estudos privados para apurar as conseqüências do salário-base sobre as discrepâncias sociais do Brasil. O debate coincide com as reformas do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os países sócios dos organismos multilaterais de crédito, principalmente os EUA, que têm a maior fatia das cotas, não querem mais financiar nações em desenvolvimento por não aprovarem suas políticas. O enfoque defendido passou a ser o da redução da pobreza no mundo, com a criação de empregos, crescimento econômico e fortalecimento do setor privado. Até onde um salário mínimo condizente com o custo de vida real no Brasil entraria em conflito com essas novas diretrizes?

Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com base em simulações sobre dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do IBGE, de 1999, concluiu que programas sociais voltados para a infância são mais eficazes no combate à pobreza do que aumento real do salário mínimo.

Ao traçar o perfil etário da indigência no país (delimitado por renda mensal de R\$ 60,73), Neri encontrou a maior taxa de pobreza (38,8%) entre crianças de 0 a 5 anos de idade. Na população indigente de 60 a 65 anos, o índice cai a 9,5%, baixando a 8,1% quando se refere a pobres com mais de 70 anos. "O grupo mais desprestigiado pela sociedade brasileira é o das crianças", afirma.

A partir dos resultados encontrados nos exercícios que fez, Neri não titubeia em defender a fixação de metas sociais, a exemplo das firmadas com o FMI para inflação e controle fiscal. A menor taxa de indigência que ele encontrou na população idosa "é reflexo da política de reajuste do salário mínimo, que tem impacto direto sobre o déficit previdenciário".

O trabalho do chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV constata que os velhos indigentes brasileiros são em menor número porque o salário mínimo tem funcionado como salva-vidas, ainda que à custa das contribuições pagas pelos trabalhadores na ativa. Quando estes chegarem à velhice, as contas da Previdência Social mostram que não terão nada a receber porque o déficit corroeu os recursos. E as crianças pobres de hoje, que escaparem das estatísticas de mortalidade infantil, são candidatas à velhice que pode ser menos famélica com salários mais dignos.